

DOSSIÊ



SOCIEDADE CIVIL E  
ESTADO SOCIAL

Coordenado por  
**ANITA BRUMER**  
**MAÍRA BAUMGARTEN**

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 3, jan/jun 2000, p.12-17

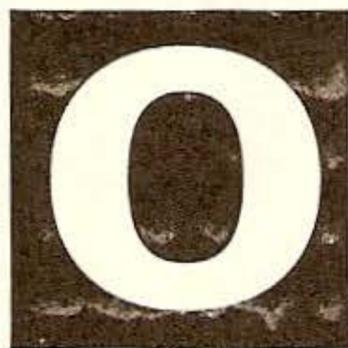
## Apresentação

# Entre o cidadão e o Estado: sociedade civil e gestão pública

ANITA BRUMER\*, MAÍRA BAUMGARTEN CORRÊA\*\*

\* Professora Titular do Departamento de Sociologia e do PPGS/UFRGS

\*\* Professora do DECC/FURG



Os textos apresentados neste dossiê sobre *Sociedade Civil e Estado Social* têm em comum a preocupação com o funcionamento sócio-político da sociedade, na relação que se estabelece entre os cidadãos e o Estado, incluindo a participação civil e a cultura democrática, o atendimento dos cidadãos necessitados e a implementação da democracia no Judiciário e no Legislativo.

No texto de abertura, Robert Castel aborda a questão da cidadania a partir da 'proteção' ou da garantia de seguridade social oferecida pelo Estado. Em seu texto, intitulado *A escolha do Estado social*, o autor reflete sobre o papel do Estado enquanto promotor da coesão social, como responsável pela 'proteção' de indivíduos que passam por necessidades – devido a doença, invalidez, idade, acidente, epidemias, fome ou desemprego – e não podem enfrentar a situação sozinhos. A partir de uma perspectiva histórica e comparativa, sua análise abrange alguns aspectos ligados à ado-

ção de políticas sociais e de um regime social de seguridade social generalizada em alguns estados-nação. Sua distinção entre a assistência pública e a privada, e entre válidos e inválidos - isto é, a definição de quem pode ser beneficiário das intervenções sociais - leva-o a destacar duas problemáticas distintas: a do socorro e a do trabalhador. Neste último aspecto, revisa alguns princípios de uma proteção social própria da sociedade salarial e aponta para algumas dificuldades encontradas atualmente pelo Estado social em seu objetivo de manutenção da integração social.

A seguir, em *Formação profissional e inserção no mercado de trabalho*, Élide Rubini Liedke, Maria da Graça Bulhões e Naira Franzói apresentam reflexões acerca de resultados de acompanhamento dos egressos do Plano Estadual de Qualificação do Rio Grande do Sul (PEQ/RS). Esse programa insere-se em um plano nacional de qualificação profissional (PLANFOR) que o Governo Federal vem desenvolvendo com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O artigo focaliza as conexões entre os cursos oferecidos no âmbito do PEQ/RS, implementado no Rio Grande do Sul em 1997 e os benefícios propiciados para os egressos após sua conclusão. As autoras destacam o elevado grau de flexibilidade quanto à forma de implementação da política pública nos estados da federação; a abertura da oferta de ações de educação profissional ao universo da população de 14 anos ou mais; e a busca de uma nova metodologia de gestão de políticas sociais, baseadas em práticas descentralizadas, como aspectos que caracterizam o PLANFOR como uma política pública que se propõe a contínuas correções de rumo, as quais exigem a análise de múltiplas dimensões e indicadores, a fim de aferir a aproximação entre seus objetivos e sua implementação.

*Poder local e cultura democrática: elementos para uma abordagem multi-escópica em ciências sociais* de Eva Machado Barbosa destaca a nova

importância assumida pelo local no âmbito das tendências recentes na área do planejamento e da gestão urbanas e dos debates sobre a reforma do Estado, a descentralização das políticas públicas e a democracia participativa. Tendo em vista que a cultura democrática não se instaura automaticamente através da inovação de práticas administrativas, apresenta uma reflexão que articula ação individual, ação coletiva e cultura democrática. Segundo a autora *entender as dificuldades de desenvolvimento da cultura democrática no Brasil exige operar conceitualmente com uma visão multidimensional que articule a compreensão evolutiva da vida social com uma concepção hologramática do local, enquanto contexto sócio-espacial para o qual convergem, simultaneamente e transportadas pela ação individual e coletiva, diferentes temporalidades históricas correspondentes a distintos padrões de dominação*. Para tanto Eva Barbosa articula as abordagens de Winnicott e Weber, para a questão democrática, com a epistemologia genética de Piaget e com o paradigma da ordem implicada de Bohm.

Dois textos tratam de instituições necessárias para o funcionamento de uma sociedade democrática. Raúl Enrique Rojo, no texto *La justicia en democracia*, propõe uma reflexão sobre o exercício do poder e da autoridade, a partir do exame da instituição encarregada de administrar a justiça numa sociedade democrática. Considerando a fragilidade da administração da justiça numa democracia – a qual não pode prescindir da autoridade, mas é incapaz de atribuir-lhe um fundamento e um regime institucional -, afirma que *“o verdadeiro papel do juiz não é assumir o lugar do político, mas resistir ao risco de implosão democrática mantendo-se como o fiador dos compromissos inscritos no pacto fundador”*. Igor Grill, por outro lado, trata da formação de lideranças

políticas, mediadores legítimos entre os cidadãos e o Estado. Sua análise centra-se nos mecanismos de seleção e de recrutamento de 'quadros políticos', considerando os recursos pessoais e coletivos que legitimam as candidaturas a deputado estadual e federal na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, com base no exame dos condicionantes sociais das carreiras políticas de 40 candidatos a esses cargos em quatro eleições ocorridas entre 1986 e 1998.

Gabriel Vitullo, com o artigo denominado *O desafio da construção de um modelo democrático deliberativo* traça um perfil de uma das correntes da democracia alternativas ao paradigma elitista-competitivo: a corrente deliberativa. Para tal fim o autor discute seus princípios e definições, analisa os arcabouços institucionais propostos e avalia as possibilidades de torná-los uma realidade efetiva, a partir da leitura crítica de diferentes autores que têm se dedicado a pensar na construção de uma democracia onde o diálogo aberto e a discussão pública igualitária ocupem um lugar predominante.

O artigo *La CEPAL: red internacional y promotora de la integración* fecha o dossiê *Sociedade Civil e Estado Social*, colocando em debate o papel dos intelectuais e da sociedade civil nos processos de integração em nível da cultura e de seus atores. Eduardo Devés Valdés mostra, neste trabalho, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), durante as décadas de 50 e 60, representou uma rede internacional de intelectuais, constituindo-se, simultaneamente, em ator internacional no âmbito latino-americano, desenvolvendo ou fortalecendo processos de integração.

Com esses textos, pretendemos ampliar o debate sobre a atuação do Estado e de suas instituições numa sociedade democrática em

construção e avançar no conhecimento de nossa realidade. As análises teóricas e empíricas apresentadas, por outro lado, com seu caráter de atualização, permitem o aprofundamento do conhecimento sobre várias facetas da sociedade civil e da gestão pública. Com ambos os tipos de contribuição, apresentamos ao leitor uma leitura que consideramos instigante.